

A Segunda Guerra Mundial e o Pan-Americanismo Brasileiro

JORGE LUCAS SIMÕES MINELLA*

O início da década de 1930 foi um momento de indefinição dos sistemas de poder pelo mundo. Enquanto no período anterior à Primeira Guerra Mundial estava estabelecido um *equilíbrio de poder* centrado na Europa, o período entre esta guerra e o final da guerra mundial seguinte marca o declínio deste equilíbrio, até a consolidação de dois sistemas de poder excludentes; Estados Unidos e União Soviética. Gerson Moura (1980) define um *sistema de poder* como um conjunto de Estados composto por um centro hegemônico e sua área de influência, para a qual este centro hegemônico é uma liderança militar, ideológica e política, além de ser a economia central com a qual os Estados periféricos estabelecem relações econômicas desproporcionais. Dizer que o equilíbrio de poder europeu, na esfera de poder internacional, está declinando, significa afirmar que novos sistemas de poder estão surgindo e irão disputar o espaço mundial, competindo por hegemonia.

Foi nesse espaço de disputa hegemônica que o Brasil, compreendido como um ator secundário do campo capitalista, esteve diante da possibilidade de adesão a sistemas de poder concorrentes e teve que lidar com essa situação até o ponto em que se tornou inevitável encaixar-se em uma das alternativas. A análise de Moura preocupa-se em distinguir e relacionar as determinações estruturais e conjunturais com as quais lida o Brasil nesse contexto: dentro da estrutura dos países capitalistas o país ocupa uma posição secundária, de economia periférica. Estruturalmente, portanto, está limitado a ser um Estado subordinado a um centro hegemônico de um sistema de poder, não podendo ser ele mesmo o centro de um sistema. Conjunturalmente, porém, a política de um país periférico como o Brasil, em um momento de disputa de hegemonias, pode agir ou no sentido de manter-se na estrutura em que está inserido, ou negá-la, mudando o centro hegemônico ao qual se subordina. Por outro lado, a política do centro hegemônico certamente varia de acordo com a conjuntura, mas sempre no sentido de manter a condição estrutural, ou seja, sua posição hegemônica.

O declínio do antigo sistema de equilíbrio de poder das potências europeias

* Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

inicia-se com a Primeira Guerra Mundial, que marca também os primeiros passos da crise do liberalismo, incapaz de evitar tamanha carnificina no continente que é modelo civilizatório do Ocidente.

A guerra se estendeu sem conseguir superar um impasse até 1918, quando a intervenção dos Estados Unidos foi decisiva para o fim das hostilidades. Porém, a crise do liberalismo atingiu seu ápice com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, mergulhando o mundo em profunda depressão econômica. Milhões de trabalhadores ao redor do mundo caíram no desemprego ou tiveram os rendimentos bastante reduzidos, dificultando o consumo tão necessário para uma produção industrial e agrícola em franca ascensão durante a década de 20. Países centrais e periféricos entraram na crise por motivos diferentes, mas com os mesmos efeitos: o desemprego em massa e a consequente decaída no poder de compra exigiam mudanças nos princípios liberais da economia da época. Os países, de maneira geral, se fecharam ao comércio externo com medidas protecionistas e nacionalistas. Até mesmo os Estados Unidos, baluarte do liberalismo econômico, adota a interferência estatal na economia como meio de sair da crise a partir de 1933, embora o governo Roosevelt não tenha adotado medidas protecionistas drásticas e tenha trabalhado pela recuperação gradual de um comércio internacional mais livre.

A crise econômica foi mais um abalo na decadente estrutura de poder internacional, que começava a reestruturar-se como um sistema de três polos. A União Soviética passou praticamente alheia pela crise e já em 1935 constituía um poder econômico e político de destaque e radicalmente contrário à estrutura capitalista. Os Estados Unidos desde o fim da Primeira Guerra Mundial eram um ator geopolítico a ser considerado, por causa de seu grande poder econômico. A crise afetou profundamente o país, o que forçou algumas mudanças significativas tanto na política interna, através do empreendimento estatal, como na política externa, em busca de melhores mercados e da retomada do comércio internacional. O terceiro polo era a Alemanha, que também havia sido profundamente afetada pelo abismo econômico, com milhões de desempregados, o que contribuiu para a ascensão ao poder do Partido Nacional-Socialista de Adolf Hitler. Certamente essa crise não foi a única causa do aparecimento do nazismo na Alemanha, mas contribuiu para a situação, uma vez que o Partido Nacional-Socialista se

apresentava, e de fato era, uma alternativa ao modelo liberal, que representava a própria crise e as imposições feitas ao país com a derrota na guerra de 1914. A forte recuperação econômica do país realizada pelos nazistas, em parte graças à poderosa indústria bélica que criaram, serviu apenas como atestado de seu sucesso como alternativa ao modelo em decadência, e essa recuperação exigia a busca por novos mercados.

A América Latina como um todo, enquanto periferia do mundo capitalista e, portanto, com destino subordinado a um ou outro sistema de poder se tornaria palco de disputas comerciais e ideológicas. Ela era mercado consumidor para os produtos industriais e também fornecedora de matérias primas estratégicas para os centros dos sistemas de poder em formação. Mais tarde, quando o conflito entre esses sistemas começou a se mostrar inevitável, o subcontinente adquiriu uma importância estratégica muito grande.

Dentro dessa estrutura de sistemas de poder em ascensão e competindo, um fato conjuntural novo é de grande importância: os Estados Unidos haviam abandonado a política do *big stick*, adotando o que Franklin Roosevelt chamou de *good neighbor policy*. Essa intenção fora anunciada com clareza no seu discurso de posse¹, em março de 1933 e foi, de fato, seguida de medidas práticas; ao contrário das duas décadas anteriores, não houve invasões de pequenas repúblicas centro-americanas por marines dos EUA, e a intervenção direta do país em outros Estados para defender interesses privados de companhias estadunidenses foi reduzida. O custo das intervenções militares tornara-se alto demais para tempos de crise e o resultado esperado, isto é, a consolidação de um sistema de poder, não estava sendo alcançado através dessa prática, que causava ressentimento e desconfiança dos países latino-americanos. Em um contexto onde não há alternativa a estes países além de submeter-se ao jugo da potência local, tal ressentimento não é problemático para a consolidação da hegemonia, porém se há alternativa para os países periféricos (um sistema concorrente), a política tem que mudar. Há, então, uma mudança conjuntural para a manutenção de uma estrutura, ou, como a estrutura de poder ainda não estava completamente estabelecida, para a *consolidação* da estrutura através da adesão dos países periféricos em disputa.

O Brasil ocupou papel importante na disputa pelos países periféricos. Sua posição geográfica, com a região nordeste avançando sobre o Atlântico, facilitaria o

¹ Senate Document I (Documento do Senado nº 1), 73º Congresso, 3ª sessão.

controle da parte sul do oceano e o movimento de tropas e equipamentos da América para a África. Mas ainda mais importante era a capacidade do país de fornecer matérias primas essenciais para o esforço de guerra, como borracha e ferro². Estados Unidos e Alemanha procuraram envolver o Brasil em seus sistemas de poder através de ofensivas econômicas, ideológicas e políticas.

No campo econômico, enquanto os Estados Unidos já eram um parceiro de peso para o Brasil, consumindo a maior parte das exportações de produtos primários do país, incluindo o café, motor da economia nacional, a Alemanha aparecia como um ator relativamente novo. Mais do que isso, o tipo de comércio realizado com o país europeu era diferente do praticado com os EUA: o comércio compensado permitia a Brasil e Alemanha trocar mercadorias sem o uso de moeda de troca internacional, escassa em ambos os países, e garantia o equilíbrio comercial entre os dois. Nestes termos a Alemanha passou a ser o segundo maior parceiro comercial do Brasil, aumentando sua influência no país e fornecendo também armas que o sistema de poder concorrente relutava em entregar, bem como acenando com a possibilidade de financiar e oferecer apoio técnico para a construção de uma siderúrgica no Brasil. O rearmamento e a construção da siderúrgica eram elementos vitais para o governo Vargas. Os Estados Unidos, defensores da retomada do comércio internacional livre, não viam com bons olhos essa prática e pressionaram o Brasil a encerrá-la, mas sem sucesso inicialmente.

De acordo com Moura, dois fatores são fundamentais para que a disputa pelo Brasil tenha ocorrido:

O dado significativo da conjuntura está exatamente em que essas economias centrais não são apenas dois pólos dominantes exercendo o mesmo tipo de influência sobre o pólo subordinado; elas são o fundamento de dois sistemas de poder em confronto, e é esse dado político que possibilita algum ganho por parte da economia dependente. (MOURA, 1980:64)

E sistemas de poder em confronto, ou seja, buscando consolidar-se em oposição ao outro, tem a *necessidade* de cooptar a economia dependente. As relações não são de uma via apenas, pois o subordinado ganha poder de barganha com essa disputa. Porém, é preciso que existam condições propícias também no Brasil para que essa barganha

² Não quero sugerir que a possibilidade de guerra já estava dada desde 1933, mas que já se configurava uma disputa por influência que envolvia questões estratégicas.

possa acontecer e não ocorra um alinhamento automático. Ainda segundo Moura, portanto, a segunda condição da disputa se concretizou pelo fato do Governo Vargas e a revolução de 1930 ter superado a política oligárquica da velha república, e criado um governo capaz de viabilizar o pacto social entre os velhos atores da oligarquia rural e os novos das industriais, camadas médias urbanas, técnicos e militares. Por ser um Estado que acomodava forças divergentes, o jogo com as potências concorrentes pôde ocorrer. No governo Vargas, por exemplo, havia uma clara divisão entre os pró-Alemanha, principalmente os militares ansiosos pela renovação do exército e entusiasmados com o sucesso militar alemão, como o Chefe do Estado maior do Exército, General Góis Monteiro, e os pró-EUA, principalmente entre o corpo do Itamaraty, na figura de Oswaldo Aranha, por exemplo.

Assim, esses dois âmbitos da disputa (interno e externo), permitiram a realização de uma política que Moura chama de *Equidistância Pragmática*: aproximações alternadas e simultâneas a um e outro centro (MOURA, 1980:63). Porém, tal política só pode se manter enquanto os dois centros com os quais o Brasil realiza este jogo podem, de fato, competir entre si. A partir dos últimos meses de 1939, com a eclosão da guerra na Europa, a ofensiva econômica alemã declinou pela dificuldade de trânsito da América até a Alemanha pelo oceano Atlântico. O comércio compensado, fator importante da relação Brasil-Alemanha e que ocorria simultaneamente ao livre comércio praticado com EUA e Inglaterra, entrou em declínio até praticamente deixar de existir em 1941, o que facilitou a ofensiva econômica norte-americana³. Assim, temos um período de equilíbrio entre as relações do país sul-americano e as potências em disputa de 1935 até 1939, aproximadamente, quando se inicia o declínio. Moura descreve as idas e vindas desse processo ao longo dos anos, mas para nosso propósito interessa a queda da política de equidistância pragmática e a importância do pan-americanismo.

Já em junho 1938, a preocupação com a conjuntura internacional e com a

³ Tabela de importações do Brasil. Cervo; Bueno, 2002, p257; IBGE. O Brasil em números. *Anuário estatístico do Brasil-1960*, p. 85-6. Apêndice.

	1932	1936	1937	1938	1939	1940
Alemanha	9%	23,5%	23,9%	25%	19,4%	1,8%
EUA	30%	22,1%	23%	24%	33,4%	51,9%

instabilidade financeira do Brasil, causada pela crise do balanço de pagamentos, fez com que os EUA convidassem Oswaldo Aranha, ex-embaixador naquele país e agora Ministro de Relações Exteriores (e grande defensor do alinhamento com os EUA), para um encontro. Esse encontro, pode se dizer, marca um novo estágio da ofensiva estadunidense, embora sua efetividade não tenha sido imediata.

O sucesso da missão Aranha foi bastante limitado do ponto de vista prático, mas tem um significado político importante. Sem entrar nos detalhes da missão, questões vitais para o governo brasileiro, como a construção da siderúrgica e a ajuda para o rearmamento, não obtiveram resposta positiva dos Estados Unidos, já que o papel reservado ao Brasil em um possível futuro esforço de guerra, que já se manifestava em 1938, era fornecer matérias-primas, ou seja, enviar o ferro aos EUA, e não produzir aço no Brasil. Muito menos era papel do Brasil armar-se para combater na guerra; isso era missão dos do norte. Porém, mesmo sem acordo no sentido do rearmamento, o agendamento da troca de visitas dos Chefes de Estado Maior dos exércitos do Brasil e dos EUA, foi um importante passo político na questão militar, buscando impedir o aumento da influência do Eixo junto aos militares brasileiros. Ao mesmo tempo, a recusa do Brasil em abandonar a prática do comércio compensado e adotar os planos de liberalização econômica dos Estados Unidos mostraram que a Alemanha ainda era um sistema de poder que rivalizava e que exigiria novas medidas para que fosse neutralizado. Moura conclui, sobre a missão Aranha:

Do ponto de vista do conjunto das relações entre os dois países, a missão Aranha representou o primeiro ponto de inflexão no sentido de quebra da equidistância pragmática até então sustentada pelo governo brasileiro. Nos três anos seguintes, os Estados Unidos apressaram e intensificaram sua ação para contrapor-se ao sistema alemão e consolidar o seu próprio sistema de poder. Nesse processo o pan-americanismo teve um papel saliente enquanto ação diplomática e ofensiva ideológica. Mas até que se quebrasse de modo cabal em 1942 a equidistância pragmática, o governo brasileiro tratou de arrancar do centro hegemônico certas concessões que não se encaixavam em suas definições estratégicas e econômicas, mas se tornaram necessárias para manter o aliado: foi o caso da siderurgia e o reequipamento das forças armadas brasileiras. (MOURA, 1980:132).

Se no campo econômico as possibilidades do Brasil começaram a se estreitar, e a ofensiva norte-americana nesse campo se intensificou na questão da siderurgia, que talvez pudesse ser capitaneada pelo sistema de poder concorrente; no campo ideológico não foi diferente.

Desde 1937 o Brasil vivia o Estado Novo, regime autoritário, corporativista e orgânico. Em termos de ideologia o regime político brasileiro estava muito mais próximo do modelo nacional-socialista do Eixo. Sendo o nazismo uma questão delicada, cabe destacar que isso não se trata de uma simpatia do regime brasileiro ao racismo extremado de Hitler, mas uma aproximação àquele regime como alternativa ao liberalismo desastroso, uma vez que a própria revolução 1930 é alternativa a ele; como já vimos, a Alemanha era um exemplo de sucesso econômico e militar e a prática política no Brasil compartilhava do autoritarismo, do Estado forte e do nacionalismo característicos também do nacional-socialismo alemão. Em suma, o exemplo da Alemanha era um exemplo de vitória, e constituía, portanto, uma força de atração ideológica para um país periférico procurando definir-se em um ou outro sistema de poder. Os Estados Unidos precisavam, então, de uma alternativa ideológica para o seu próprio sistema de poder que pudesse agregar não apenas o Brasil, mas toda América, enquanto zona de defesa estratégica, ao seu sistema de poder; e mais que isso, precisava convencer os países periféricos de que se juntando a eles, estariam do lado vencedor no confronto que se aproximava, o que não era uma tarefa fácil considerando as vitórias alemãs dos primeiros dois anos da guerra.

No entanto, ainda segundo Moura, a fraqueza da ideologia do nacional-socialismo é sua “dimensão irredutivelmente alemã” (MOURA, 1980:136); essa é a contradição de um sistema que pretende internacionalizar-se, mas impor a “germanidade”. Segundo René Gertz, mesmo a numerosa comunidade alemã presente no sul do país, que era motivo de grande preocupação para os Estados Unidos, foi hostil, se não ao nazismo, ao menos aos líderes nazistas locais, enviados da Alemanha em sua maioria, e que abordavam de maneira agressiva as comunidades germânicas (GERTZ, 1987:61-110). Eles julgavam-se a liderança natural das organizações locais, como clubes de cultura germânica e escolas, enquanto membros do Partido Nazista que era o dono do poder no país de origem, o que causou conflitos com as comunidades locais. Em certo sentido, o nazismo impunha-se mesmo à “germanidade natural” que a população alemã no Brasil preservava, e se nem mesmo entre essa população o nazismo se difundiu, menos ainda o fez junto ao programa nacionalista de Vargas, mesmo com a simpatia de vários setores do governo aos sucessos alemães. Para propagar uma ideologia por um povo e seu governo eram necessárias táticas mais sutis. Sutileza essa

que os Estados Unidos, por outro lado, empregou com eficácia nessa situação, no contexto da chamada política da boa vizinhança e nas ofensivas culturais.

Para os EUA, por outro lado, a ameaça da ideologia nacional-socialista no Brasil era real e exigia um contraponto; além de alternativa econômica à Alemanha, precisava ser alternativa ideológica e política para consolidar-se como centro hegemônico de todo o sistema americano. Para tal tarefa resgataram um ideal que rodeava as relações interamericanas praticamente desde os movimentos de independência na América Latina: o pan-americanismo; um apelo à solidariedade continental baseada em supostos ideais comuns das nações americanas, a saber, o ideal de liberdade, do governo republicano, da democracia, do respeito aos direitos individuais, do respeito à soberania dos outros Estados e à lei internacional, e da solução pacífica dos conflitos (MOURA, 1980:137).

A contradição imediata é o uso de tal doutrina por uma nação que durante as duas primeiras décadas do século XX se utilizou de força para defender seus interesses inúmeras vezes na América Central e no Caribe. Além disso, obviamente a democracia e os valores republicanos estavam longe de serem realidades na América como um todo e a guerra fora meio de solução de conflitos inúmeras vezes. Deixando de lado essas objeções mais óbvias ao pan-americanismo, perguntamos: como tal ideologia chegou ao governo brasileiro, avesso às ideias liberais e democráticas nela contidas? Como vimos, o Estado Novo era autoritário e orgânico; os direitos não eram individuais, mas sim de classe. O ideal republicano no molde estadunidense não podia estar mais distante da prática política daquela época no Brasil, que, além de tudo, era fortemente nacionalista, o que entraria em choque com o internacionalismo do projeto pan-americano. Dado que o Brasil de fato aderiu ao sistema de poder norte-americano, e não ao seu concorrente alemão, podemos perguntar: como se juntou essa ideologia liberal e descentralizadora com o pensamento autoritário e nacionalista do Estado Novo?

Tentarei dar uma resposta baseado numa retomada da história do discurso pan-americanista no Brasil desde o início do século XX, sem esquecer a contribuição de Ana Luiza Beraba sobre a assimilação brasileira do conceito durante o Estado Novo, e também sem desconsiderar o esforço de propagação dos “valores pan-americanos” realizado pelos Estados Unidos através do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA).

Em seu início podemos distinguir, de maneira breve, duas formas diferentes de pan-americanismo embrionário; por um lado a doutrina Monroe de 1823, legando aos Estados Unidos a defesa da América de um inimigo comum, as potências europeias, e por outro o bolivarianismo com a ideia da federação das ex-colônias espanholas para defender-se da reação da Espanha, mas também se resguardar da potência que surgia no norte da América. Porém, foi apenas no final do século XIX que o pan-americanismo adquiriu “traços modernos”, englobando nas discussões relativas ao continente não apenas ex-colônias espanholas, ou programas explicitamente unilaterais estadunidenses. A conhecida expressão “América para os americanos”, invocada pelo secretário de estado dos Estados Unidos na época da Primeira Conferência Internacional Americana, James Blaine, em 1889, talvez seja fundadora do pan-americanismo moderno, e o fato de ter sido pronunciada pelo governo dos EUA, em uma conferência por eles convocada, em Washington D.C., indica o caminho perigoso que tomaria o pan-americanismo. “América para os americanos” propunha uma união aduaneira de todas as repúblicas da América (LANGLEY, 1987: 97) para enfrentar o predomínio britânico no comércio com o continente. Os Estados Unidos, já com potencial econômico maior que o das demais repúblicas, substituiria a Inglaterra nesse papel. A união aduaneira era impraticável, e não foi bem recebida pela maioria das repúblicas; o emissário argentino inclusive diria “América para a humanidade”, em contraposição à Blaine (LOBO, 1939:50). Além da proposta de união aduaneira, iniciou-se a discussão da questão da arbitragem dos conflitos interamericanos, que deveriam ser feitos por países americanos, e não pelas potências europeias. Iniciava-se uma longa tentativa de afastamento da Europa, e substituição do poder por eles exercido no continente por um poder da própria América, os Estados Unidos. Essa tendência se revela com clareza com o governo de Theodore Roosevelt e a política do *big stick*.

Tal política foi fruto de uma resposta à doutrina Drago, proposta em 1902 pelo então Ministro de Relações Exteriores da Argentina, Luis Maria Drago. De certa forma ele propunha uma emenda à doutrina Monroe que significava uma apropriação multilateral da defesa da América diante das potências europeias: enquanto a doutrina Monroe dizia que os Estados Unidos não aceitariam tentativas recolonizadoras no continente, a doutrina Drago dizia que a América, como um todo, não aceitaria intervenção violenta de qualquer tipo da Europa, referindo-se às intervenções no sentido

de forçar o pagamento de dívidas. De fato, na época, ocorreu o bloqueio da Venezuela por navios britânicos e alemães por causa da dívida externa daquele país e uma reação da América era necessária. Os Estados Unidos rejeitaram a doutrina Drago, e o presidente Theodore Roosevelt respondeu com o chamado Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe:

In treating of our foreign policy and of the attitude that this great Nation should assume in the world at large, it is absolutely necessary to consider the Army and the Navy, and the Congress, through which the thought of the Nation finds its expression, should keep ever vividly in mind the fundamental fact that it is impossible to treat our foreign policy, whether this policy takes shape in the effort to secure justice for others or justice for ourselves, save as conditioned upon the attitude we are willing to take toward our Army, and especially toward our Navy. It is not merely unwise, it is contemptible, for a nation, as for an individual, to use high-sounding language to proclaim its purposes, or to take positions which are ridiculous if unsupported by potential force, and then to refuse to provide this force. If there is no intention of providing and keeping the force necessary to back up a strong attitude, then it is far better not to assume such an attitude.⁴

O tema da doutrina Drago e o Corolário Roosevelt foi debatido na Terceira Conferência Internacional Americana, realizada no Rio de Janeiro, em 1907. Porém, tudo que se conseguiu foi uma recomendação dos países do continente americano para que a Corte Internacional em Haia considerasse a “questão da cobrança compulsória das dívidas e, em geral, nos meios tendentes a diminuir, entre as nações, os conflitos de origem exclusivamente pecuniária” (LOBO, 1939:67). Não por coincidência, os EUA não faziam parte da Liga Das Nações e não reconheciam a Corte Internacional, e ao mesmo tempo, nas conferências seguintes dos países americanos, trabalhariam para criar um sistema de arbitragem e uma legislação internacional exclusivamente continental, distinguindo cada vez mais a América da Europa, e criando para si uma zona de influência.

A postura brasileira na terceira Conferência foi alinhada com os Estados Unidos, sem menção à política do *big stick*, que não tinha efeitos significativos sobre o Brasil. A postura pan-americanista alinhada à potência nascente se reflete nas falas de Joaquim Nabuco, então embaixador em Washington:

4 Mensagem anual do presidente ao congresso, 6 de dezembro de 1904.

A reunião periódica deste Corpo, composto exclusivamente de nações americanas, significa por certo que a América forma um sistema político diverso do da Europa, uma constelação com órbita própria e distinta.

Trabalhando, entretanto, por uma civilização comum e por fazer do espaço que ocupamos no globo uma vasta zona neutra de paz, nós trabalhamos para o benefício do mundo todo. Desse modo oferecemos às populações, à riqueza, ao gênio da Europa um campo de ação muito mais vasto, e mais seguro em nosso hemisfério, do que se fossemos um continente desunido ou pertencêssemos aos campos beligerantes em que o Velho Mundo possa ainda se dividir. (LOBO, 1939:72).

Um discurso de um diplomata em uma conferência desse gênero pode não constituir uma boa fonte histórica no sentido de revelar práticas reais de um governo em relação aos outros, mas revela sim, no mínimo, um interesse em agradar um ou outro agente dessa conferência. Não creio ser apenas esse o caso dos discursos que citarei de Joaquim Nabuco, uma vez que ocupou cargos importantes na diplomacia brasileira, tendo sido sempre forte defensor do pan-americanismo com centro nos Estados Unidos. A predominância da linha pan-americanista dentro da Velha Republica, ao menos quanto aos diplomatas, também se revela no fato de que Oliveira Lima, eminente diplomata e crítico do pan-americanismo defendido por Joaquim Nabuco, tenha sido prematuramente aposentado. Oliveira Lima aponta, em seu artigo *A Doutrina Monroe e a Doutrina Drago*, que, enquanto a Doutrina Monroe original era negativa à Europa, ela, acrescida do Corolário Roosevelt, se torna positiva para os Estados Unidos, revelando suas intenções de dominação, e é bastante crítico quanto à postura do Brasil frente à isso (LIMA, 1980:41). Ainda segundo Lima, no mesmo artigo, há uma preocupação do Brasil em mostrar-se “alheio ao ciúme latino-americano para com os Estados Unidos”, referindo-se à desconfiança de muitos países americanos às intenções do “irmão do norte”, com uma política agressiva de intervenções militares. O Brasil parecia querer destacar-se, ao menos nos discursos diplomáticos, de uma América reticente ao pan-americanismo defendido pelos Estados Unidos, que agora parecia ter o maior país da América do Sul como aliado.

São notáveis as falas de Joaquim Nabuco sobre o “destino comum da América”. Em seu discurso acerca do novo Prédio das Repúblicas Americanas, em Washington, 1908, disse “So many sorveign States would not have been drawn so spontaneosly and so strongly together, as if by an irresistable force, if there did not exist throughout them, at the bottom or at the top of each national conscience, the feeling of a destiny commom

to all America”.⁵ É inegável o caráter de palavreado diplomático de uma afirmação como essa, no entanto a ideia de destino comum aparecerá em vários outros discursos, mas com certa imprecisão sobre o que caracteriza esse destino comum. Referências à democracia e o espírito republicano são escassas. No discurso *As Duas Américas*, proferido na Universidade de Chicago, em 1908, diz sobre os motivos que levam os EUA a procurar uma união com o restante da América:

A questão está em averiguar se assentastes em vosso espírito que êste Continente deverá ser para cada uma de suas nações um prolongamento do seu solo nativo; que alguma espécie de laço devera fazer delle uma só unidade moral na história. Inspirou-se a doutrina de Monroe do receio de ver a Europa extender as suas esferas paralelas de influencia sôbre a América, como fez mais tarde na Africa, e quasi logrou fazer na Asia, arriscando destarte a vossa posição solitaria? Ou vos moveu a intuição de que êste é um novo mundo, nascido com destino commum? Acredito firmemente que a doutrina Monroe inspirou-se muito mais desse instincto americano – tome-se a palavra americano no sentido continental – do que de qualquer temor ou perigo para vós outros.⁶

O que seria o destino comum da América? A que poderia Nabuco se referir com esse termo? A hipótese que levanto é que esse aparente vácuo conceitual do *destino comum da América* permitiu as mais variadas interpretações do pan-americanismo. Menções à construção de um continente onde reina a paz, ao contrário do estado de guerra da Europa também são comuns nos discursos de Nabuco; é clara a tentativa de opor América e Europa. Ao mesmo tempo o Brasil, ao contrário de outras repúblicas americanas, como a Argentina, frequentemente esteve ao lado das ideias pan-americanas, como indica Hélio Lobo em seus comentários sobre as Conferências Americanas. Mais do que isso, ainda que o conceito seja vago e adaptável, o Brasil foi parte importante, com a participação ativa nas Conferências, da configuração desse conceito, embora ainda preservasse seus vínculos com a Europa. Isso permite pensar em uma tradição pan-americana brasileira, o que é uma confirmação de que a doutrina pan-americana não foi trazida à tona na Segunda Guerra Mundial de forma impositiva pelos Estados Unidos.

Constatação importante, e que serve também como indício da maleabilidade do pan-americanismo, e ao mesmo tempo da sua dependência em relação ao país mais

5 NABUCO, Joaquim, discurso em Washington quando da construção do prédio pan-americano, 1908. Todos os discursos aqui mencionados de Nabuco estão em NABUCO, Joaquim. **Discursos e conferencias nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: B. Aguila, 19-.

6 NABUCO, Joaquim, 19- (Discursos nos Estados Unidos)

poderoso, é que após a terceira Conferência, estes encontros evitaram assuntos políticos, reservando o espaço para tratar de assuntos técnicos, como a questão de patentes e propriedade intelectual, emissão de passaportes, construção de infraestrutura comum, questões sanitárias, etc. Hélio Lobo aponta que na Conferência de Buenos Aires, em 1910, o reavivamento da pressão imperialista norte-americana causou protestos veementes de diversos países e a ideia pan-americana, por desinteresse dos EUA e desconfiança justificada dos demais países, foi deixada de lado. De fato, apenas a representação do Brasil falou em favor das práticas norte-americanas no continente e teceu um elogio à versão corrente unilateral da doutrina Monroe (LOBO, 1939:82).

É somente no encontro extraordinário dos países americanos de 1936, em Buenos Aires, que o tema da união desses países é novamente trazido à tona como parte importante da pauta de discussão. Não por coincidência era o período de escalada da crise na Europa, e a América do Sul vivia o momento de indefinição quanto ao sistema de poder a se juntar, e o encontro foi convocado pelos Estados Unidos. Já era um momento em que a tática estadunidense de manutenção e ampliação de seu poder havia mudado do *big stick* à *good neighbor policy*, acompanhada de um programa econômico que pregava o restabelecimento gradual do livre comércio (LOBO, 1939:110). De maneira análoga aos embriões contraditórios do pan-americanismo (a doutrina Monroe e a federação de Bolívar), a ideia pan-americana ressurgia em um momento de conflito potencial com a Europa; o “estado-total” do nacional-socialismo era análogo às monarquias absolutistas que quiseram recolonizar a América.

Os motes da conferência eram “manutenção, salvaguarda e restabelecimento da paz” e “declaração de princípios sobre a solidariedade e a cooperação americana”. A resolução final incluía:

- 1) *As nações americanas, fiéis às suas instituições republicanas, proclamam sua absoluta liberdade jurídica, o respeito incondicional às suas soberanias e a existência de uma democracia solidária no continente.*
- 2) *Todo ato susceptível de perturbar a paz da América atinge todas e cada uma delas e justifica o início dos processos de consulta previstos na Convenção para a manutenção, garantia e restabelecimento da paz, assignada nesta Conferência.*
- 3) *São princípios aceitos pela comunhão internacional americana os seguintes:*
 1. *a proscricção da conquista territorial, e, em consequencia, nenhuma aquisição feita pela violência será reconhecida;*
 2. *está condenada a intervenção de assuntos internos ou externos de outro Estado;*
 3. *é ilícita a cobrança compulsoria das obrigações pecuniarias;*
 4. *toda controversia ou disputa entre as nações da América, qualquer que seja sua natureza e origem, se rá resolvida pela via da conciliação, do arbitramento amplo ou da justiça internacional.* (LOBO, 1939:121)

É absolutamente evidente a questão da democracia, que suscitou a pergunta acerca da contradição do pan-americanismo com o Estado Novo. Em 1938 ocorreu em Lima a 8ª Conferência, já às portas da guerra, e o discurso final da delegação brasileira, presidida por Oswaldo Aranha, não mencionou, como era de se esperar (estranho seria se assim não fosse), a “democracia solidária” no continente:

A América continua unida e vigilante na salvaguarda dos nossos comuns interesses, na defesa da paz e no esforço de colaboração para que se mantenham em todo o mundo os mesmo princípios em que se assentam a nossa fraterna política continental.

Os nossos estados reafirmam o compromisso de que consultarão de acôrdo com o processo previsto nas convenções vigentes e nas declarações de Conferências anteriores, com o fim de coordenarem uma atitude solidária e comum de assistência continental em face de qualquer ato de força dirigido por uma potência estrangeira contra a soberania e a integridade de qualquer Estado americano.

[...]

A consulta terá sempre por objeto a aplicação prática dos princípios de solidariedade de nossas pátrias, coordenando suas vontades soberanas e trabalhando cada Governo por si mesmo em relação às medidas de defesa que se fizerem eventualmente necessárias em frente de um ato de força ou de algum perigo externo de qualquer natureza a que, por ventura, venha a ser exposto qualquer dos nossos Estados.

No princípio de solidariedade está implícito o reconhecimento de outro princípio, o da unidade da América. Da combinação desses dois postulados resulta como consequência lógica a coincidência de nossos critérios na previsão da origem e procedência estranha ao Continente e nos ameaçam por igual; daí nosso dever de assistência mútua, cujo fundamento é o próprio princípio de solidariedade continental. (LOBO, 1939:141)

Aos poucos, portanto, a soberania nacional foi confundindo-se, no destino comum da América, com a soberania continental.

Após todas essas considerações, julgo possível dar uma resposta inicial à pergunta sobre a adesão de um Estado autoritário permeado pelo modernismo nacionalista à ideologia pan-americana por uma combinação de fatores. A análise de Ana Luiza Beraba me parece pertinente, afirmando a apropriação conceitual da ideologia por parte do Estado Novo, aproveitando a chance de se afirmar como potência no continente (BERABA, 2000:36). Mas devemos considerar também que o pan-americanismo já desde o princípio era um conceito de limites turvos, o que permitiu que fosse invocado por motivos e atores diferentes ao longo do tempo, desde seus embriões, opostos um ao outro, o monroísmo e o bolivarianismo. Dessa forma, o discurso da democracia na América serve perfeitamente ao interesse estadunidense de opor a sua condição à dos inimigos totalitários na Europa, mas ao mesmo tempo é adaptado nos países periféricos com sutilezas diferentes. O discurso brasileiro na época falou em um

sentido mais vago de solidariedade continental, sem a democracia, mas essa pode ter sido uma tendência já anterior do pensamento pan-americano que o Brasil ajudou a construir, como tentei sugerir com a discussão sobre os discursos de Joaquim Nabuco, o que pode ter facilitado ainda mais a assimilação do pan-americanismo, ou melhor, de *um* pan-americanismo, pelo Estado Novo. Afinal, o pan-americanismo, em alguma acepção do termo, já era uma ideia anterior, conhecida e defendida pelo Brasil em outras situações, enquanto o nacional-socialismo era fortemente impositivo e estrangeiro.

Além disso, não podemos esquecer-nos das limitações do Brasil na estrutura, como destacou Moura. Como país periférico poderia arrastar sua política de equidistância pragmática até um ponto em que, inevitavelmente, teria que associar-se a um ou outro sistema de poder. Dadas as opções do pan-americanismo e do nacional-socialismo, a primeira parece mais adaptável, enquanto a segunda carrega consigo as sérias inconveniências antes mencionadas. Não há dúvida de que o imperialismo cultural exercido de maneira sutil pelos Estados Unidos através do OCIAA, descrito por Antônio Pedro Tota em *Imperialismo Sedutor*, contribuiu muito para a “americanização” do Brasil; a ação dos EUA foi muito mais sedutora ideológica e culturalmente do que a do seu opositor, o nacional-socialismo.

Além disso, com o estouro da guerra em 1939, a Alemanha foi gradualmente perdendo seu poder de comércio com o Brasil e, conforme o conflito se agravou e os Estados Unidos cederam às exigências brasileiras de siderurgia e reequipamento militar, foi se tornando cada vez mais conveniente ao país adotar a ideologia, ainda que em versão adaptada, do sistema de poder ao qual cada vez mais lhe era inevitável aderir. Nesse sentido é interessante resgatar o papel atribuído por Gerson Moura à *ideologia política* (MOURA, 1980:46): convergir os interesses de dominados e dominadores, de modo que a relação de dominação permaneça convenientemente oculta (e que se ocultem também interesses como o brasileiro de se tornar potência regional), assim o Brasil adere ao esforço de guerra por “solidariedade continental”, e os EUA opõem um continente “democrático e solidário” ao o Eixo nazista.

Referências Bibliográficas

BERABA, Ana Luiza. **América Aracnídea: teias culturais interamericanas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GERTZ, Rene Ernaini. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

LANGLEY, Lester D. **America and the Americas : the United States in the western hemisphere**. Athens: The University of Georgia Press, 1989.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Pan-americanismo : Monroe, Bolivar, Roosevelt : 1907**. Brasília Senado Federal 1980 198p. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos ; 25)

LOBO, Helio. **O pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1939. 150p.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NABUCO, Joaquim. **Discursos e conferencias nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: B. Aguila, 19-.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. São Paulo: Tres, 1974. 218p. (Obras imortais da nossa literatura, v.42)

TOTA, Antonio Pedro . **O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000.